

SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

Hegemonia na era da pós-verdade: extremismo de direita e *ilusão de desintermediação*

Hegemony in the post-truth era: right-wing extremism
and the *illusion of disintermediation*

Hegemonía en la era de la posverdad: el extremismo
de derecha y la *ilusión de la desintermediación*

Fábio Palácio de Azevedo¹

<https://orcid.org/0000-0002-8276-0104>

Recebido em: 23/09/2024

Aprovado em: 21/10/2024

Resumo: Este trabalho tem a finalidade de analisar as condições de exercício da hegemonia na nova atmosfera cognitiva que se convencionou denominar *pós-verdade*. Revisitamos elaborações de Antonio Gramsci e Raymond Williams, definindo a hegemonia como um sistema de significações experimentado no cotidiano, o qual conforma um “senso de realidade” para as pessoas. Em seguida, apresentamos

¹ Doutor em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor de magistério superior no Departamento de Comunicação Social e Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMA. Editor da revista Princípios. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0398897702758733>>. E-mail: <fabiopalacio@uol.com.br>.

a paisagem de pós-verdade, ressaltando um traço definidor: a crise das modernas mediações epistêmicas e sua substituição por mediações mercadológicas de tipo algorítmico, orientadas pela gramática neoliberal. Finalmente, mostramos como a extrema direita vivencia, de forma militante, o mundo da pós-verdade, focando um fundamento do discurso reacionário que definimos como *ilusão de desintermediação*, forma fetichizada de conceber as interações digitais como capazes de propiciar uma experiência de “liberdade” e “autonomia” pautada em suposto “acesso direto” à realidade. O artigo tem o objetivo de evidenciar como, a partir de infraestruturas econômicas e sociotécnicas determinadas, as coordenadas da ordem se tornam disposições da mente, configurando formas sutis e penetrantes de exercício da hegemonia.

Palavras-chave: hegemonia; pós-verdade; extrema direita; ilusão de desintermediação.

Abstract: This paper aims to analyse the conditions for exercising hegemony in the new cognitive atmosphere that has been conventionally called post-truth. We revisit the elaborations of Antonio Gramsci and Raymond Williams, defining hegemony as a system of meanings experienced in everyday life, which shapes a “sense of reality” for people. We then present the post-truth landscape, highlighting a defining feature: the crisis of modern epistemic mediations and their replacement by algorithmic market mediations, guided by neoliberal principles. Finally, we show how the far right lives, in a militant way, the post-truth world, focusing on a foundation of today reactionary discourse that we define as *illusion of disintermediation*, a fetishized way of conceiving digital interactions as capable of providing an experience of “freedom” and “autonomy” based on supposed “direct access” to reality. The article aims to demonstrate how, based on specific economic and sociotechnical infrastructures, the coordinates of social order become dispositions of the mind, resulting in more subtle and penetrating ways of exercising hegemony.

Keywords: hegemony; post-truth; far right; illusion of disintermediation.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo analizar las condiciones bajo las cuales se ejerce la hegemonía en el nuevo ambiente cognitivo

que convencionalmente se llama posverdad. Revisamos las elaboraciones de Antonio Gramsci y Raymond Williams, definiendo la hegemonía como un sistema de significados experimentado en la vida cotidiana, que forma un “sentido de realidad” para las personas. A continuación, presentamos el panorama de la posverdad, destacando una característica definitoria: la crisis de las mediaciones epistémicas modernas y su sustitución por mediaciones algorítmicas de mercado, guiadas por la gramática neoliberal. Finalmente, mostramos cómo la extrema derecha vive, de manera militante, el mundo de la posverdad, centrándonos en un fundamento del discurso reaccionario que definimos como *ilusión de desintermediación*, una forma “fetichizada” de concebir las interacciones digitales como capaces de proporcionar una experiencia de “libertad” y “autonomía” basadas en un supuesto de “acceso directo” a la realidad. El artículo busca resaltar cómo, a partir de determinadas infraestructuras económicas y sociotécnicas, las coordenadas del orden se convierten en disposiciones mentales, configurando formas sutiles y penetrantes de ejercicio de la hegemonía.

Palabras clave: hegemonía; posverdad; extrema derecha; ilusión de desintermediación.

Introdução

Este artigo analisa as condições de exercício da hegemonia na nova atmosfera ética e epistêmica que tem sido chamada de *pós-verdade*. Para isso, revisitamos, em primeiro plano, o conceito de hegemonia conforme elaborado pioneiramente por Antonio Gramsci (1891-1937) e seus desenvolvimentos na obra do marxista galês Raymond Williams (1921-1988). Procuramos destacar que não se trata simplesmente de formas impostas ou daquilo que entendemos como “manipulação”, mas de um sistema de significações experimentado na vida cotidiana, o qual constitui um “senso de realidade” para as pessoas. O conceito de hegemonia, especialmente na abordagem de Williams, realça elementos comunicacionais, valorativos, sentimentais e “enérgicos”, servindo de *framework* teórico-metodológico para o entendimento dos processos culturais e das estratégias discursivas que configuram a paisagem pós-verdadeira.

Em seguida, passamos a expor os traços gerais que configuram o cenário de pós-verdade, relacionando o referido conceito à ascensão do neoliberalismo no plano global e às correspondentes mudanças nos planos econômico, político e cultural. Enfatizamos uma particularidade marcante desse novo panorama cognitivo: a crise das mediações epistêmicas da época moderna e sua substituição por mediações mercadológicas que fortalecem, como elementos imanentes à subjetividade dos indivíduos, a lógica do efêmero e do descartável, a dominância da *performance* publicitária em todos os setores da vida e a metástase de um sentido de curto prazo inerente ao mundo financeirizado.

No momento seguinte, explicitamos a forma como o extremismo de direita vivencia, de forma militante, o mundo da pós-verdade, focando a descrição no fenômeno que definimos como *ilusão de desintermediação*. Trata-se de uma forma fetichizada de conceber as interações no âmbito das novas infraestruturas comunicacionais, vistas como aparatos capazes de proporcionar uma experiência de “liberdade” e “autonomia” pautada em um suposto “acesso direto” à realidade. O que se dá, contudo, no extremo oposto disso, é a sujeição de valores e práticas, com a penetração cada vez maior, no tecido social, das complexas operações sistêmicas do mundo neoliberal, agora organizado segundo modelos algorítmicos.

A conclusão retoma os tópicos elaborados rumo a uma síntese sobre como a noção de hegemonia, tanto na versão precursora elaborada por Gramsci quanto em seus desdobramentos com Williams, é pródiga em fornecer um quadro teórico profundo e realista, de grande poder explicativo, sobre a cultura no neoliberalismo plataformizado. A obra de Williams, em particular, ajuda-nos a pensar as questões propostas porque muitas delas, embora assumam hoje novas configurações, não são exatamente inéditas, tendo-se colocado já à época dos meios de massa e, em particular, da televisão.

A questão central, portanto, é rastrear as formas pelas quais, a partir de infraestruturas econômicas e sociotécnicas determinadas, as coordenadas da ordem se interiorizam e se tornam disposições da mente, num processo que faz desmoronarem as fronteiras entre o deliberado e o automático, a consciência e a espontaneidade, a liderança e as massas. Desnecessário é dizer que uma compreensão acurada desse novo contexto é fator de fundamental importância para o êxito da luta por uma nova sociedade.

O conceito de hegemonia em Antonio Gramsci e Raymond Williams

Nas primeiras décadas do século XX, o capitalismo assistia à consolidação de complexas mutações socioeconômicas, as quais traziam à cena política e intelectual problemas inéditos: o caráter crescentemente mediado do poder político; a complexificação da burocracia estatal; o fortalecimento do movimento operário e popular; a diversificação de formas associativas no plano da sociedade civil; a emergência de uma cultura produzida industrialmente, com fortes repercussões para a política e a democracia; e a ascensão de regimes reacionários com o apoio das massas, como na Alemanha, na Itália e em outros países. Esses e outros fenômenos passavam a exigir do materialismo histórico respostas novas, capazes de revigorá-lo como abordagem crítica e transformadora.

É assim que, no conjunto das formulações teóricas do marxismo pós-clássico, uma noção ganha proeminência. Trata-se do conceito de hegemonia, elaborado pioneiramente pelo marxista italiano Antonio Gramsci. No conjunto das elaborações gramscianas, a formulação se apresenta como vértice de uma estratégia politicamente matizada de abordagem dos problemas da cultura. Na síntese posterior de Raymond Williams, “a ‘hegemonia’ vai além da ‘cultura’ [...] em sua insistência em relacionar ‘o processo social global’ com distribuições específicas de poder e influência” (1977, p. 108).

O conceito de hegemonia assenta-se na observação de que as estruturas da sociedade capitalista são sustentadas por algo além da propriedade econômica e do poder estatal. Trata-se de uma percepção que traz à tona, como problema-chave de uma nova compreensão do processo político, a questão da comunicação, dos valores e da ideologia, assim como a proeminência das entidades e instituições que, na sociedade civil, vieram a conformar a assim chamada *esfera pública*. As classes dominantes teriam conjugado o exercício do poder de Estado às instituições dirigentes da ação política (partidos, movimentos, campanhas) e da produção e reprodução de significados e valores sociais (imprensa, igrejas, universidades, associações culturais). Configuram-se, dessa maneira, estratégias ampliadas de exercício do poder político, capazes de incorporar aspectos não apenas políticos e jurídicos, mas também intelectuais e morais.

A nova situação conformaria uma dualidade, que foi denominada por Gramsci *dupla perspectiva* na ação política e na vida estatal. O poder se distribui em dois grandes planos ou momentos: a sociedade civil — que compreende o conjunto de organismos considerados privados, mas com destacado papel público — e a sociedade política — que reúne as instituições “oficiais”, definidoras do poder de Estado. Segundo Gramsci, as duas esferas “correspondem à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’” (1977, p. 1518-1519).²

Para o autor dos *Cadernos do Cárcere*, as modernas instituições políticas burguesas não mais operam apenas a partir de formas estritamente coercitivas. A hegemonia de uma classe ou segmento passa pela anuência de outras camadas sociais, que devem assentir aos valores, às ideias e, enfim, ao modo de vida imposto à sociedade pelo grupo tornado, dessa forma, dominante. Nas sociedades do capitalismo contemporâneo, portanto, uma classe não detém o poder, no sentido gramsciano, se apenas mantém a direção sobre seus aliados ou mesmo se, em conjunto com tais aliados, governa as instituições do Estado. Tudo isso é importante, mas a hegemonia implica também o consenso da maioria da sociedade, mediante a disseminação de valores e estilos de vida por parte do grupo social dominante, o qual precisa exarar um tipo de autoridade intelectual e cultural capaz de atestar sua aptidão para a regência do processo político. É como se parte da autoridade do poder público, absoluta até o *Ancien Régime*, se transferisse para instituições que não exercem diretamente o poder, mas são capazes de estabelecer-lhe condições e limites.

A concepção de hegemonia elaborada nos trabalhos seminais de Gramsci seria mais tarde aprofundada e desenvolvida por outros pensadores do campo marxista. É o caso do galês Raymond Williams. Autor de obra vasta e multifacetada, ele assumiu um papel protagonista em um momento de grande importância para a cultura humanística do século XX: a fundação dos *estudos culturais*. Também se destacou na elaboração de uma nova síntese do pensamento marxista: o *materialismo cultural*, definido como “uma teoria das especificidades da produção material de cultura e literatura no campo do materialismo histórico” (WILLIAMS, 1977, p. 5).

2

Segundo Gruppi (1991, p. 11), “Gramsci – quando fala de hegemonia – refere-se por vezes à capacidade dirigente, enquanto outras vezes pretende referir-se simultaneamente à direção e dominação”.

Na visão de Williams (1977), a ideia de hegemonia tem o condão de contribuir para o entendimento das formas de dominação e subordinação como algo mais próximo do processo normal de organização e controle em sociedades contemporâneas. Longe de restringir-se ao domínio da exploração econômica, da deliberação política ou das lutas sociais, o conceito interpela os mais variados domínios da vida, inclusive aqueles que, vistos como parte da “vida privada”, são comumente abduzidos da análise. As artes, o lazer e o entretenimento, as relações interpessoais, a pedagogia, o comportamento, a conservação ambiental, o uso de materiais e recursos, sejam eles “naturais” ou elaborados tecnologicamente: é preciso considerar tudo o que conforma uma experiência vivida, mas permanece, muitas vezes, à margem de análises voltadas ao dimensionamento de relações de poder.

Conforme já afirmara Gramsci (1977), a dominação classista também se baseia na cultura do oprimido. Quando chegamos ao mundo, já pertencemos a um grupo social particular. Junto a ele, adquirimos ideias, práticas, valores e convicções, que são também de todos os indivíduos inseridos no mesmo modo de vida. Essa dimensão simbólica, contudo, é atravessada pelas assimetrias de classe que marcam a vida social. Os segmentos hegemônicos conseguem elaborar sua consciência de maneira mais sólida e menos fragmentada. Em primeiro lugar, porque sua experiência assenta-se em longa trajetória. Além disso, os grupos dominantes têm à sua disposição um enorme volume de recursos, incluindo quadros nas mais diversas áreas. Dominam não apenas a produção material, mas também os meios ideológicos com o quais, como já asseveravam Marx e Engels (1982; 1996), produzem a consciência social.

Entre os grupos subalternos, por outro lado, em função de sua relativa falta de autonomia histórica, decorrente da dominação, são mais agudos os efeitos da desagregação da consciência. Entre essas forças, é “mais grave e penosa a luta para libertar-se dos princípios impostos” e adquirir uma “consciência histórica autônoma” (GRAMSCI, 1977, p. 1875), isto é, uma consciência que reflita seus verdadeiros interesses. Trata-se de uma tendência que conduz, frequentemente, à adesão acrítica a pressupostos que mais interessam aos adversários de classe. Além disso, como detêm um arsenal ideológico menor em termos de recursos humanos e materiais, as classes subalternas têm consciência e práticas menos maciças e articuladas.

Por conta dessas e de outras diferenças, há uma dessimetria de eficácia entre a ação das classes dominantes e a ação das classes subalternizadas (aquelas que vivem não da propriedade, mas da venda do próprio trabalho). A hegemonia deve ser entendida a partir dessa, digamos, *assimetria de condições iniciais*. Não se trata simplesmente de uma imposição exógena. A dominância se impõe a partir do próprio modo de vida das classes subalternas – de seus hábitos, seus modos de pensar, sentir e agir, maturados sob a pressão de significados pré-definidos –, de modo que a vivência de tais classes reproduz também a ordem social entronizada. Nessa perspectiva, afirma Williams, a hegemonia diz respeito a um “sistema central de práticas, significados e valores que podemos chamar apropriadamente de dominante e eficaz” (2011, p. 53). Esse *sistema de significações* fornece as coordenadas mais amplas de determinado ordenamento social e político. Coordenadas que, embora abstratas, constituem-se em uma idealidade vivida, experimentada concreta e cotidianamente pelos membros de uma sociedade.

As elaborações de Williams voltam-se contra entendimentos ossificados. “Uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis” (WILLIAMS, 1977, p. 112). Como corolário, também não se trata de algo que possa ser concebido apenas no plano da mera opinião ou, pior, da “doutrinação”. Há muito mais em jogo. Estamos diante de um emaranhado de práticas e expectativas, do investimento de nossas energias físicas e psicológicas, da mais corriqueira de nossas compreensões sobre o ser humano e seu mundo. A hegemonia constitui um sentido de realidade para as pessoas, um sentido absoluto porque vivenciado, que abrange muitas áreas de nossas vidas, além do qual é muito difícil mover-se. “Se as pressões e os limites de uma determinada forma de domínio são experimentados em tais proporções e na prática internalizados, toda a questão do domínio de classe e da oposição a ele se transforma”, conclui Williams (1977, p. 110).

Diferentemente do conceito de ideologia, muitas vezes usado para enfatizar sistemas de pensamento mais formais e articulados, a hegemonia enxerga a dominação sob a ótica da consciência prática, isto é, como “saturação do processo de vivência global”, uma saturação de tamanha profundidade que “as pressões e os limites do que pode finalmente ser visto como um sistema econômico, político e cultural surgem para a

maioria de nós como as pressões e os limites da experiência simples e do senso comum” (WILLIAMS, 1977, p. 110). A hegemonia é, com base na mesma perspectiva, a ideologia em seu movimento próprio, operando na dinâmica concreta de vivências individuais, em meio ao jogo das forças econômicas, políticas e intelectuais.

Tal compreensão faz-se não menos, porém ainda mais atual em tempos de convergência digital e capitalismo plataformizado. É o que veremos adiante, ao comentar a forma como se materializa o exercício da hegemonia em meio à atmosfera de pós-verdade – marcada pela crise das mediações cognitivas – e como o discurso da extrema direita reforça essa atmosfera, enxergando tendências colocadas pela dinâmica hegemônica do capitalismo como o resultado abonador de suas próprias escolhas e percepções, de suas experiências vividas sob o signo de uma suposta “autonomia”.

A pós-verdade e a crise das mediações cognitivas

O fenômeno denominado *pós-verdade* pode ser definido como uma nova *paisagem cognitiva*, que se caracteriza por inéditos padrões éticos e epistêmicos (PALÁCIO; CAPOVILLA, 2021). Nessa nova atmosfera, modificam-se as condições sociais de produção da verdade. Esta última pode ser compreendida como uma *mediação*: mediação entre o ser humano e a natureza, entre as ideias e o mundo, entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível.

Para que se realize, a produção da verdade requer instâncias mediadoras. A primeira delas é a própria linguagem. Sem ela, não é possível operar o trabalho mediador pelo qual o ser humano produz registros e explicações sobre a realidade que o cerca. Há, contudo, para além da linguagem, outras instâncias de mediação, algumas delas físico-materiais (certos materiais e instrumentos), outras de cunho ideacional (técnicas e procedimentos). E há, finalmente, instâncias mediadoras que assumem o formato de instituições: universidades e centros de pesquisa, imprensa, museus, associações culturais, agências do Estado.

Para verificar como a verdade é produzida a partir de tais instâncias e instituições, tomemos o exemplo do jornalismo. Ele se define como uma narrativa pública periódica da atualidade social (GENRO, 1987). Uma narrativa que construiu sua legitimidade a partir da generalização

do entendimento segundo o qual, por realizar-se a partir de certos parâmetros técnicos e éticos – observação minuciosa, registro impessoal, linguagem mais “limpa” de conotações, checagem de fontes, princípio do contraditório etc. –, o jornalismo habilita-se a produzir um tipo de conhecimento confiável e não arbitrário, costumeiramente classificado como *verídico* e *objetivo*.

É fato que a chamada *objetividade jornalística* pode ser entendida de muitas formas. Como explica Laje (1979), trata-se de uma noção tomada, em sua versão mais difundida, como a faculdade de descrever os fatos *tal como aparecem*. Seria um abandono consciente das interpretações ou do diálogo com a realidade, buscando extrair desta apenas o que se faz *evidente*. Por esse motivo, a notícia não deve, do ponto de vista dos cânones jornalísticos, emitir juízos de valor explícitos, pois tal procedimento aproximaria o trabalho da imprensa de uma abordagem propagandística, esvaziando-o, portanto, de seu propósito específico (GENRO, 1987).

Muitos derivam disso que o jornalismo é objetivo porque descreve a *realidade como ela é*. Essa visão, eivada de um positivismo ingênuo, chegou a definir a primeira generalização teórica sobre o jornalismo – a chamada *teoria do espelho* (PENA, 2005; TRAQUINA, 2012). O que, um dia, já foi visão teoricamente rigorosa terminou por “descair” para o senso comum, perfazendo, hoje, o núcleo do entendimento mais corriqueiro sobre o que é e o que faz o jornalismo. Ele seria, nessa perspectiva, um registro objetivo e verdadeiro por sua propriedade de *refletir os fatos*.

Os que assim pensam talvez não se deem conta de que, não obstante a técnica noticiosa evite explicitar juízos de valor, é igualmente pacífico que tais apreciações se embutem inevitavelmente na forma de apreensão, seleção e hierarquização dos fatos, bem como na constituição da linguagem (que jamais será inteiramente pura de conotações), assim como no relacionamento espacial e temporal das notícias, quando de sua difusão. Desde a coleta dos dados, passando pelo enfoque a ser escolhido, até a redação e edição, nada disso é “neutro” em termos axiológicos. Ao coletar as evidências e reordená-las num texto, incluindo algumas e excluindo outras, colocando algumas no *lead* e outras no final, o jornalista sempre revela suas inclinações, seu olhar particular.

Ora, isso significa que a objetividade jornalística não existe, que não passa de engodo? De forma nenhuma. Significa apenas que não

precisamos conceber esse atributo como a faculdade de *espelhar* a realidade. Podemos pensar a objetividade como uma questão de método, não de substância. A adoção de certos critérios e normas, juntamente com o emprego de técnicas consagradas, habilita o jornalismo não a refletir a *realidade como ela é*, mas a promover uma aproximação possível, isto é, a buscar um *improvável ponto de equilíbrio* (LAJE, 1979), diante do qual os fatos possam ser narrados de uma forma que consideramos não *infalível*, mas *justa e verossimilhante*.

A objetividade jornalística não deve ser entendida, portanto, como um conceito ontológico, mas gnosiológico. Trata-se de uma representação possível da realidade construída por meio de técnicas de linguagem e procedimentos reconhecidos como capazes de produzir um resultado que classificamos como verdadeiro. Dito de outro modo, a objetividade é uma estratégia discursiva que visa a um efeito de veracidade e, consequentemente, à conquista da legitimidade e da credibilidade, que se traduzem na confiança do público leitor ou espectador.

O que afirmamos em relação ao jornalismo, vale notar, pode ser dito igualmente sobre a ciência e outras formas de conhecimento que reclamam a objetividade como atributo. Também a produção científica possui técnicas e padrões normativos cuja aplicação, acredita-se, pode nos levar a uma representação da realidade que, por falível e provisória que seja, fornece um retrato dotado de razoabilidade sobre o mundo em que vivemos. Métodos como observação, experimentação, indução, raciocínio hipotético-dedutivo e replicabilidade somam-se a procedimentos normativos como *peer review* e análise por comitês de ética para resultar em um conhecimento que se legitima, na modernidade, como uma das principais instâncias mediadoras de produção da verdade.

Isso posto, podemos afirmar que um dos fatores determinantes da pós-verdade – entendida aqui como *crise das condições sociais de produção da verdade* – diz respeito à desestabilização de instâncias mediadoras como as já referidas. Trata-se de um processo que se liga à ascensão planetária do neoliberalismo como padrão de *capitalismo realmente existente*. A nova realidade enseja a proliferação de mediações simplificadas, mais adequadas ao caráter efêmero e volátil das relações de mercado. Acompanhando esse processo, verifica-se um déficit de confiança que afeta as instâncias mediadoras consagradas na era moderna, como a imprensa e a ciência, além de outras mais tradicionais, como a filosofia, a literatura e as artes. É como se as pessoas deixassem de

acreditar que tais mediações, apesar de sua maior complexidade, sejam de fato um caminho seguro para produzir aquela forma de asserção que costumamos ter como verdadeira.³

Cesarino (2021, p. 79) vê no referido processo uma “substituição gradual do arranjo moderno pela proliferação de mediações algorítmicas (e mercadológicas) de ciclos cibernéticos curtos, intensivos e que operam numa espacialidade de rede e temporalidade de crise permanente”. É quando se revelam notáveis homologias entre a arquitetura algorítmica das redes e os valores mercadológicos onipresentes na era neoliberal. A “temporalidade de crise permanente” ajusta-se bem à necessidade, colocada pelo fundamentalismo de mercado, de impulsionar o instantâneo e o descartável, numa espécie de desenraizamento temporal que se constitui como o próprio *modus operandi* das redes. Da fugacidade dos *stories* do Instagram aos vídeos do TikTok, há sempre um clima de *apocalypse perpétuo*, uma atmosfera de instabilidade que faz pensar se a obsolescência programada, mais do que um princípio de mercado, não se teria tornado um modo dominante da vida social. Terry Eagleton (2005) chega a falar de uma *política da amnésia*, em cujo âmbito as pessoas, soterradas no presente e impotentes em recordar o passado, não teriam também a capacidade de formular projetos de futuro. Essa tendência não começa com as redes sociotécnicas, mas certamente encontra nelas um poderoso vetor de realização.

Seria errado afirmar que a perpetuação de práticas e valores interessa sempre e tão somente ao conservadorismo. Muitas vezes ocorre o contrário: a afirmação de valores reacionários se dá pela aceleração vertiginosa das mudanças, implicando o apagamento de importantes referências do passado. À medida que, visando à expansão do consumo e da circulação de mercadorias, os acontecimentos se sucedem em rápida rotatividade, revezando-se em velocidade estonteante, configura-se uma área de fugacidade que muitos festejam como “inovação”. Mas há inovações e inovações. Para pensar com Williams, estamos diante de formas de “inovação” que conservam, essencialmente, “uma função mercadológica, e isso contrasta nitidamente com outras espécies de inovação [como aquelas da ciência e das artes], as quais, dirigidas por objetivos culturais

3 Vale notar que muito da referida descrença tem como ponto de partida a crítica à noção positivista de uma verdade que reflete o *mundo como ele é*. Recusa-se essa versão da verdade como se se estivesse negando toda e qualquer concepção de verdade, inclusive aquela que fala de uma representação possível, baseada em mediações razoáveis. Ou seja: o realismo ingênuo de uma verdade que corresponde à *realidade em si mesma* acaba dando margem, numa pirueta discursiva, ao extremo oposto: à negação absoluta de toda e qualquer noção de verdade objetiva.

internos, frequentemente se encontram na margem extrema do mercado, quando não inteiramente fora dele” (WILLIAMS, 2000, p. 105).

Seria ingênuo pensar que, em tal ambiência, a noção de verdade não sofreria metamorfoses, assumindo inéditas configurações. É preciso registrar, antes de mais, a perda de importância da ideia de verdade, que acaba por condicionar a própria crise das mediações – afinal, se a verdade não tem mais importância, tampouco terão as instituições que a produzem. A tendência de enfraquecimento da noção de verdade como eixo norteador da racionalidade pública surge, aliás, bem expressa no próprio termo *pós-verdade*. No editorial “Art of the lie”, publicado no imediato pós-Brexit, a revista *The Economist* afiançava: “A verdade já não é falseada ou contestada; tornou-se secundária” (“ART...”, 2016).

Acompanhando o descrédito da noção de verdade, verifica-se um desbalanço entre objetividade e subjetividade. No mesmo despacho do periódico *The Economist*, podia-se ler que “são os sentimentos, não os fatos, que importam nesse tipo de discurso” (“ART...”, 2016). Como vimos anteriormente, uma forma de conhecimento como o jornalismo produz uma espécie de “equilíbrio” entre as dimensões objetiva e subjetiva. Não é que a subjetividade não exista; é que se busca equilibrá-la por intermédio de disposições normativas que, supõe-se, aproximam a descrição noticiosa daquela riqueza material que permite que os fatos tenham sempre algo novo a dizer, para além de nossas próprias circunscrições mentais.

O contrário se verifica na nova atmosfera de pós-verdade. Os planos objetivo e subjetivo entram em desequilíbrio em favor deste último, o que permite que os fatos se dissolvam na mais completa subjetivação. Em 2017, furioso com as matérias jornalísticas que relatavam ter sido a posse de Barack Obama mais concorrida do que a sua, Donald Trump não se deu por vencido. Ele e seus subordinados apelaram para “fatos alternativos” [*alternative facts*],⁴ denunciando como falsos os números da imprensa e apresentando sua própria versão, desprovida de fontes e baseada em impressões pessoais. É como se já não houvesse eixos mediadores aos quais remeter a verificação de nossas opiniões. Tudo

4 A expressão “*alternative facts*” surgiu em uma entrevista da conselheira presidencial Kellyanne Conway, em 22 de janeiro de 2017, na qual ela defendeu a falsa declaração do secretário de imprensa da Casa Branca, Sean Spicer, sobre o número de participantes na posse de Donald Trump. Pressionada pelo jornalista Chuck Todd a explicar por que Spicer apresentara números comprovadamente falsos, Conway afirmou que ele não estava mentindo, mas apenas apresentando “fatos alternativos”, ao que Todd respondeu: “Veja, fatos alternativos não são fatos” (SINDERBRAND, 2017).

se resumiria a uma espécie de pugilato (pseudo)argumentativo: *meus* “fatos” contra *seus* “fatos”.

No mesmo contexto, cada um pode acreditar no que quiser – seja do ponto de vista teórico (epistêmico), seja do ponto de vista prático (político e moral). Novamente, isso se liga ao imperativo mercadológico. À medida que o *marketing* deixa de ser lateral e passa a se confundir com a própria cultura,⁵ as formas de verificação e validação dos enunciados se apresentam crescentemente desacopladas da complexidade dos métodos instituídos na modernidade. Assumem, agora, uma forma espetacular, dada pelo efeito publicitário, isto é, “pela lógica performativa do *marketing*, que é a base do modelo de negócios das grandes plataformas” (CESARINO, 2021, p. 79).

Organizadas com base em tais pressupostos, as redes digitais ajudaram a implodir o arranjo liberal de produção de consensos, fundado na ideia de uma esfera pública de debates orientados pelo dissenso fundamentado e pela deliberação racional (HABERMAS, 2014). As novas infraestruturas da esfera pública alteraram o processo de curadoria e filtragem da informação conhecido como *gatekeeping*. Ao se realizar sob os auspícios da gramática neoliberal, esse processo transfigurou os padrões modernos de racionalidade pública – nascidos sob a égide do Iluminismo –, impulsionando a hipertrofia dos temas privados, reduzindo a complexidade dos juízos e reforçando um sentido monológico, pelo qual a interlocução é substituída pela simples recusa de opiniões contrárias. A consideração atenta à argumentação do outro, buscando fios de convergência que sirvam de base para afinar o próprio dissenso, é trocada por um maniqueísmo no qual não há dúvidas, mas apenas afirmações peremptórias; não há interlocutores, mas apenas inimigos; não há busca da verdade, mas apenas afirmação dos interesses e das crenças fechadas de cada um. Note-se, aliás, que o princípio solipsista segundo o qual “a verdade está nas crenças de cada um” embute um componente de egoísmo que termina por conformar uma visão individualista da liberdade de expressão:

A ideologia burguesa procura isolar a questão da liberdade de expressão das questões do poder e da propriedade, transformando-a assim num princípio abstrato que

5 Para uma história da publicidade que acompanha essa metamorfose, recomendo o ensaio “Publicidade: o sistema mágico”, constante de Williams (2011).

governa as ações de indivíduos isolados. Tal abordagem tenta excluir qualquer análise materialista dos meios de comunicação, além da importantíssima questão de identificar quem os detém e controla. Assim, essa ideologia desloca todo o campo de análise da totalidade social para a relação abstrata entre princípios teóricos e atos isolados de um discurso individual (ROCKHILL; DINGQI, 2024, p. 141).

Na mesma atmosfera em que o egoísmo suplanta os projetos coletivos, em que a solidariedade define na exata medida em que cada um se torna vitrine de si mesmo, mudanças anômalas vêm à luz. Na economia, sai de cena a indução estatal, entra a anarquia de mercado; na política, sai o documento programático, entra o plano de *marketing*; na cultura, sai o orador humanista (que debatia temas existenciais estribado nas regras clássicas) e entram o animador de TV, o *youtuber*, o *tiktoker*. Em uma só assertiva, saem as mediações modernas e entra a convicção de que a complexidade do mundo pode ser driblada e simplificada por esforços voluntariosos, que se confundem, na mesma perspectiva, com uma ideia ilusória de “liberdade”.⁶

Essa tendência, como vimos, tem um lado objetivo: liga-se à hegemonia avassaladora dos valores de mercado, que acompanha o avanço do neoliberalismo no plano global. Mas a questão possui ainda outro lado. A desconstrução das mediações tradicionais não se realiza apenas por meio da fria objetividade das relações de mercado e de suas novas infraestruturas algorítmicas. Ela também se impõe a partir de esforços orgânico-subjetivos que envolvem um discurso e uma militância ativa. Ao associar a crise das mediações modernas à ideia de uma vida mais “livre” e “autêntica”, o extremismo de direita impulsiona as tendências à pós-verdade, conferindo-lhes fôlego redobrado.

Extremismo de direita e *ilusão de desintermediação*

Como vimos anteriormente, uma das características da nova atmosfera ética e epistêmica que se convencionou chamar de pós-verdade

⁶ Note-se como tal descrição apresenta pontos de contato com o combate da extrema direita contra as medidas de isolamento social à época da pandemia de Covid-19, combate este igualmente movido em nome da “liberdade”. Para uma discussão mais pormenorizada sobre a noção de liberdade no discurso pandêmico da extrema direita, cf. Palácio & Capovilla (2021).

é a crise das mediações convalidadas na época moderna, incluindo especialistas e suas instituições. Nessa nova ambiência cultural, as fontes credenciadas têm seu prestígio debilitado à medida que se esfarela a legitimidade das instâncias tradicionais de validação da informação.

Ao perceberem que se beneficiam com a referida tendência, as forças do autoritarismo contemporâneo a impelem ativamente. Tentam solapar a credibilidade daquilo que podemos definir como uma *institucionalidade do verídico* – universidades, mídia convencional, centros de produção do conhecimento, agências do Estado. A fim de ilustrar essa orientação, Stanley cita o exemplo de Rush Limbaugh, um conhecido radialista norte-americano de extrema direita. “Limbaugh denunciou, em seu popular programa de rádio, ‘os quatro cantos do engano: governo, academia, ciência e mídia’” (STANLEY, 2018, p. 62). Tais instituições são retratadas como “corruptas” e distanciadas dos “reais” anseios da população.

Note-se que o extremismo de direita busca fragilizar não apenas as instituições epistêmicas, mas também os próprios códigos linguísticos. Trata-se de uma tendência facilmente perceptível em correntes como o trumpismo e o bolsonarismo, cuja pobreza vocabular é tomada como sinal de “autenticidade” (STANLEY, 2018). Quando se reforça ativamente a crise das mediações tradicionais, incluindo a linguagem, o que se pretende é eliminar qualquer exigência de um debate público sofisticado, pois o declínio das instâncias mediadoras abre espaço para o avanço da desinformação (MAIA et al., 2024).

Em sua luta contra a democracia e a racionalidade pública, os arautos (aríetes?) do extremismo de direita difundem ideias desagregadoras. Sugerem a existência de um hiato intransponível entre as pessoas comuns – com ênfase nas populações periféricas e de cidades do interior – e os circuitos intelectuais metropolitanos. Estes, vistos como afetados e petulantes, viveriam a disseminar informações e conhecimentos nocivos aos costumes tradicionais e ao modo de vida da população simples (PALÁCIO; CAPOVILLA, 2021).

Nessa perspectiva, os agentes mediadores – que não se restringem às elites epistêmicas, uma vez que abarcam também os representantes políticos – são vistos como os emissários de uma realidade falsa, porque inautêntica. O mundo que comunicam não é o que vivenciamos genuinamente, mas, ao contrário, uma realidade postiça, submetida

ao filtro de interesses inconfessáveis. Não é difícil notar que, por trás desse discurso, espreitam ideias de “liberdade” e “autenticidade” que se apoiam numa visão “fetichizada”⁷ sobre os novos meios técnicos. Estes teriam a propriedade mágica de eliminar intermediários, proporcionando um “faça por si mesmo” tanto no campo político quanto no midiático (PALÁCIO, 2023).

Surge, assim, um sentido de “desintermediação” que já não é mero anseio abstrato, mas uma experiência sentida. Ela decorreria, por um lado, de uma tendência “natural”, ligada ao progresso técnico. Por outro lado, seria uma “descoberta” (ou “redescoberta”) puramente individual, ligada à busca de uma essência recôndita, que teria sido obnubilada pelos intermediários e por suas mediações “perniciosas”.⁸ Essa experiência de “autenticidade” deve ser ativamente encorajada. Seria algo pelo qual vale a pena lutar.

É assim que, no lugar das modernas mediações epistêmicas, entram a “experiência de vida”, os impulsos, as vontades e os afetos. E, claro, a “verificação por conta própria” – “é só dar um Google”, costuma-se dizer. Como parte dessa sanha autocertificadora, reforça-se o empirismo ingênuo do “ver para crer”: por meio dele, finalmente, os agentes “desintermediados” se entregam, qual presa obediente – que se expõe sem proteções ou anteparos –, à voracidade daquele mundo de imagens onipotentes que Debord (2017) chamou de *sociedade do espetáculo*.

Quando analisamos esse discurso de uma vida supostamente mais “genuína”, pois que vivida “diretamente”, sem a interferência de instâncias mediadoras, não é difícil captar homologias entre as propostas de desregulamentação no plano econômico e a ideia de “desintermediação” nos

7 Usamos a noção de *fetichismo*, aqui, no sentido definido por Marx em “*O Capital*”: sob o capitalismo, as relações sociais aparecem sob a forma de uma relação entre mercadorias. “A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho” (MARX, 1985, p. 81). Na mesma perspectiva, as redes digitais são frequentemente vistas como portadoras de propriedades extra-humanas, quando, na verdade, são apenas formas de realização do trabalho social. Longe de eliminarem as mediações humanas, as redes são fruto delas: vêm para possibilitar novas formas – mais produtivas – de realizar as mesmas mediações.

8 Esse sentido de uma experiência “pura”, guardada nas profundezas da intimidade, costuma associar-se ao culto, de base romântica, à natureza e à vida no campo. “Esses mitos geralmente se baseiam em fantasias de uma uniformidade pregressa inexistente, que sobrevive nas tradições das pequenas cidades e dos campos, os quais permanecem relativamente isentos da decadência liberal dos grandes centros urbanos” (STANLEY, 2018, p. 20). Tal bucolismo contrasta estranhamente com o uso de recursos de alta tecnologia.

planos político e cultural.⁹ O Estado, com seus regulamentos econômicos e suas mediações políticas, é venal: encontra-se corrompido pela mácula do favoritismo de interesses. Só o mérito individual é “asséptico”; só a iniciativa do indivíduo é fonte imorredoura de liberdade. Pesquisando as narrativas antivacina, Maia *et al.* (2024, p. 6) afirmam que “estavam relacionadas sobretudo ao argumento da liberdade e a desconfiças em torno das instituições democráticas e epistêmicas”. Percebem-se, assim, notáveis correspondências entre o discurso neoliberal, de um lado, e o ativismo dos setores mais reacionários da sociedade, de outro.

Os apelos à “desintermediação” colocam na ordem do dia a necessidade de uma abordagem crítica. Cabe às ciências sociais a tarefa de analisar até que ponto tais apelos se ajustam às tendências contemporâneas da esfera pública, incluindo o desenvolvimento de infraestruturas tecnologicamente mais avançadas. É fato que a arquitetura distribuída das redes sociotécnicas sugere uma menor tolerância às relações assimétricas. É igualmente verdadeiro que a comunicação em rede traz inovações ao processo de *gatekeeping*, incluindo novos atores – com diferentes pesos de curadoria – na edição e promoção de conteúdos, o que, todavia, não elimina os desníveis realmente existentes: apenas os oculta do campo de visão dos usuários.

A concentração de poder continua a se reproduzir nos meios virtuais, ainda que ocorram mudanças nos processos de mediação. Hoje, surge clara a percepção de que o ciberespaço não é tão simétrico quanto se pensava a princípio. É certo que mais atores tomam parte nos fluxos comunicacionais, mas apenas uma minoria deles controla os fluxos – fato visível nos mecanismos de busca, poderosos instrumentos de poder informacional. Corporações como Alphabet e Meta estabelecem, isentas de qualquer inspeção pública, os critérios que determinam a visibilidade relativa de agentes e conteúdos em todo o planeta (PALÁCIO, 2023). Não há, portanto, “desintermediação”, mas, para usar os termos de Santos (2022, p. 92), uma “reintermediação”, isto é, uma realidade caracterizada por novas formas de mediação (na maioria das vezes, invisíveis). O poder se transfere, em larga medida, da mídia tradicional para as plataformas de conteúdo, em cujo âmbito “o papel de ‘*gatekeeper*’ não só não desaparece, mas se aprofunda a partir dos novos mecanismos disponíveis” (BASTOS, 2024, p. 25).

9 O próprio discurso bolsonarista contra as urnas eletrônicas não deixa de conter o mesmo elemento de crítica às mediações. Ao contrário da “pureza” das cédulas de papel, as urnas seriam “intermediárias” enviesadas a subverter a “legítima” vontade do povo.

As transformações no processo de mediação de forma alguma autorizam a falar em ocorrências acessadas diretamente. O que existe não é “desintermediação”, mas, quando muito, uma *ilusão de desintermediação*. Esse fenômeno não chega a ser novo: verifica-se desde os tempos em que reinava soberana, no topo da ecologia comunicacional, a televisão – meio cujas características integradoras e sequenciais já antecipavam muitas das experiências que hoje vivenciamos na *internet*.

Em sua análise sobre o meio televisivo, Williams classifica como enganosa a impressão televisual de “ver os acontecimentos por si próprio”. Para exemplificar esse ponto de vista, ele cita o exemplo de uma greve ou sublevação. A “câmera” jamais filmará a totalidade do acontecimento, mas apenas um recorte, que sempre dependerá da posição – e não falamos aqui somente da posição *física* – do *cameraman*. Ora, faz muita diferença se ele está apontando seu instrumento de trabalho para os policiais que estão sendo apedrejados ou para os manifestantes que estão correndo de balas de borracha. O fato é que “um intermediário está sempre presente, mesmo que não visível, e isso pode ser mais enganador do que situações em que a consciência de um intermediário é inevitável. Tal consciência, porém, é comumente absorvida, em grau não desprezível, pelo hábito e pela rotina” (WILLIAMS, 1990, p. 43-44).

É notável o quanto o discurso da “desintermediação” depende do ilusionismo de um “acesso direto” à realidade – algo que nunca existiu. Em qualquer situação, a realidade jamais é percebida de modo direto, à margem das mediações histórico-sociais. É fato que, embebidas da ingenuidade do senso comum, as pessoas costumam conceber a observação direta dos fatos como critério infalível para desfazer dúvidas. Esse equívoco resulta das “ideias de que o mundo exterior tem certas propriedades que lhe são inerentes e de que diferentes observadores olhando o mesmo fenômeno veem a mesma coisa” (MATALLO JR., 1994, p. 19-20). De um ponto de vista dialético (ou, pelo menos, não positivista), não é assim que as coisas funcionam. Mesmo na percepção individual, temos a mediação da linguagem e dos componentes culturais que interferem no processo de apreensão da imediatidade.

A ideia de “desintermediação” se baseia, ao final, na naturalização de alguns mediadores, o que apaga os rastros de seus pressupostos. É essa prestidigitação politicamente interessada que permite que muitas pessoas tenham uma experiência de liberdade e autonomia, sentindo-se no controle de suas próprias ações. “Como no neoliberalismo de

forma mais ampla, as redes legitimam-se pela ilusão de liberdade, de espontaneidade e de meritocracia”, afirma Cesarino (2021, p. 89). As verdadeiras determinações não são percebidas: mantêm-se na penumbra, ocultadas pelo caráter distribuído das infraestruturas em rede, assim como pela caixa-preta tecnológica dos algoritmos.

Conclusão

Conforme argumentamos neste artigo, as condições de desenvolvimento do capitalismo, em sua fase neoliberal, afetam drasticamente as formas de exercício da hegemonia. O poder, já longe de estar apenas no Estado, transferiu-se, em larga medida, para a sociedade. Por isso estranhamos – e perguntamos: “Como pode?” – que a extrema direita perca eleições, mas continue exibindo musculatura. Por isso as forças progressistas vencem eleições, chegam ao poder central da República, mas parecem “sitiadas”.

É que as formas de hegemonia se tornam, como já sugeria Williams (1977; 2011), mais sutis e penetrantes. A dominância habilita-se a cobrir áreas mais vastas da experiência. Sistemas de ideias e práticas até então reservados, comumente entendidos como parte da “vida privada”, passam a ser interpelados. A ordem dominante penetra o processo social e cultural de forma significativamente maior.

Trata-se de um processo que se deve a mudanças: (I) econômicas, com a desregulamentação generalizada e o desmonte de estruturas do Estado; (II) políticas, com a crise das representações e da democracia liberal; e (III) culturais, que envolvem a desestabilização das mediações epistêmicas legitimadas na modernidade e sua substituição por arranjos mercadológicos. Esse processo foi reforçado por transformações nas infraestruturas comunicacionais que apontam para uma nova *mudança estrutural da esfera pública*.

A irrupção planetária do neoliberalismo moldou subjetividades segundo os valores da *performance* publicitária e da lógica de curto prazo própria das finanças, sendo este um dos componentes destacados da atmosfera de pós-verdade. Na nova paisagem ética e epistêmica, as pessoas não são mais persuadidas da superioridade do mercado: elas simplesmente o vivem em cada dimensão de suas vidas como experiências profundamente interiorizadas. Não se trata de algo que

devamos entender na chave da “manipulação”, mas como estilos de vida diretamente emanados das infraestruturas econômico-produtivas e dos complexos funcionamentos sistêmicos, hoje predominantemente algorítmicos, que vertebram a vida social. Nas palavras de Eagleton,

o predomínio do utilitário e da tecnologia oblitera a significação da vida social, subordinando o valor de uso ao formalismo vazio do valor de troca. O consumismo afasta-se do significado, a fim de enredar o sujeito subliminarmente, libidinalmente, no nível da resposta visceral e não da consciência refletida (1997, p. 44-45).

No novo panorama de pós-verdade, as pessoas vivem a dominação de forma lúbrica. Como naquilo que denominamos *ilusão de desintermediação*, enxergam como “autonomia” e “acesso direto” à realidade aquilo que são, com efeito, os pressupostos da ordem hegemônica, codificados sob a forma de modelos algorítmicos que capturam e enredam experiências individuais. Modelos que, “apesar de sua reputação de imparcialidade, refletem objetivos e ideologias. [Pois] modelos são opiniões embutidas em matemática” (O’NEIL, 2020, p. 35). Interiorizam-se, dessa forma, as coordenadas de uma sociedade profundamente desigual, repleta de assimetrias de poder. À medida que esse processo avança, ficam borradas as fronteiras entre o deliberado e o automático, entre consciência e espontaneidade, entre o líder e seus sequazes.

Vale notar que a ilusão de desintermediação não atinge apenas a extrema direita, mas também, de forma mais ampla, vastos segmentos da população. A diferença é que o extremismo reacionário vive de forma militante aquilo que, para outras pessoas, não vai além de uma percepção difusa. Daí a importância de, por um lado, implementar dispositivos de regulação dos meios digitais, submetendo seu funcionamento ao escrutínio público. Por outro lado, como propunha Williams (1968), a nova realidade torna ainda mais importante o reforço da conscientização sobre os meios, incluindo na educação formal e regular o ensino de fatos básicos sobre as instituições de comunicação – sua história, sua organização social, seus métodos de trabalho –, de forma a combater visões reificadas, a exemplo daquela que se expressa como ilusão de desintermediação. Se o que pretendemos é travar, de forma minimamente consequente, a luta contra-hegemônica por um novo modelo de sociedade, pós-capitalista e pós-neoliberal, a primeira de todas as tarefas

é explicitar as novíssimas condições que emolduram, nos dias de hoje, as formas de exercício da hegemonia.

Referências

ART of the Lie: Post-Truth politics. The Economist [*on-line*]. 10 set. 2016. Disponível em: <<https://www.economist.com/leaders/2016/09/10/art-of-the-lie>>. Acesso em: 23 set. 2024.

BASTOS, M. A crise imanente da comunicação como forma social e os limites da concepção de “esfera semipública”: Notas dialéticas sobre Habermas e a “nova reestruturação da esfera pública”. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, São Cristovão, v. 26, nº 2, p. 9-29, 2024.

CAPOVILLA, C.; PALÁCIO, F. Visões da pandemia: As teses de Giorgio Agamben como idealizações do Ocidente. **Princípios**, v. 40, nº 160, p. 24-59, 15 jan. 2021.

CESARINO, L. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, nº 1, p. 73-96, 2021.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

EAGLETON, T. **Depois da teoria**: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

_____. **Ideologia**. São Paulo: Editora Unesp; Boitempo, 1997.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

GRAMSCI, A. **Quaderni del Carcere**. Volume terzo – Quaderni 12-29. Edizione critica dell’Istituto Gramsci – A cura di Valentino Gerratana. 2ª edizione. Torino: Giulio Einaudi editore, 1977, pp. 1507-2362.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

LAGE, N. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

MAIA, L. R.; MASSARANI, L.; SANTOS JÚNIOR, M. A. dos; OLIVEIRA, T. Comunidades de pertencimento, desinformação e antagonismo: processos interacionais em grupos antivacina no Telegram no Brasil. **Galáxia** (São Paulo, *on-line*), v. 49, 2024, p. 1-24.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livro primeiro: O processo de produção do capital, v. I e II. São Paulo: Difel, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã (Feuerbach). In:_____. **Obras escolhidas**. Lisboa: Avante!; Moscou: Progresso, 1982, v. 1, p. 4-75.

_____. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MATALLO JR., H. A problemática do conhecimento. In: CARVALHO, M. C. M. de (org.). **Construindo o saber**: metodologia científica – fundamentos e técnicas. Campinas: Papirus, 1994, p. 13-28.

O'NEIL, C. **Algoritmos de destruição em massa**: como o *big data* aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. Santo André, SP: Editora Rua do Sabão, 2020.

PALÁCIO, F. **Sob o céu de junho**: as manifestações de 2013 à luz do materialismo cultural. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.

PALÁCIO, F.; CAPOVILLA, C. Posverdad: etapa suprema de la postmodernidad. In: MANCINAS-CHÁVEZ, R.; CÁRDENAS-RICA, M. L. **Medios y comunicación en tiempos de posverdad**. Madrid: Editorial Fragua, 2021, p. 183-203.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. V. I: por que as notícias são como são. 3ª ed. Florianópolis: Insular Livros, 2012.

ROCKHILL, G.; DINGQI, Z. A propaganda imperialista e a ideologia da *intelligentsia* da esquerda ocidental: Do anticomunismo e a política identitária às ilusões democráticas e o fascismo. **Princípios**, v. 43, nº 169, p. 124-152, 25 jun. 2024.

SANTOS, N. **Social media logics**: visibility and mediation in the 2013 Brazilian protests. London: Palgrave Macmillan, 2022.

SINDERBRAND, R. How Kellyanne Conway ushered in the era of 'alternative facts'. **The Washington Post**, Washington, DC, January

22, 2017. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/the-fix/wp/2017/01/22/how-kellyanne-conway-ushered-in-the-era-of-alternative-facts/>>. Acesso em: 20 set. 2024.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

WILLIAMS, R. **Communications**. London: Penguin Books, 1968.

_____. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 231-266. Trad.: André Glaser. Disponível em: <<https://cbd0282.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/02/williams-raymond-cultura-e-materialismo.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2024.

_____. **Marxism and literature**. Oxford: Oxford University Press, 1977.

_____. **Television: technology and cultural form**. New York: Routledge, 1990.